



Tribunal disponibiliza o PJe Token para uso com celular.



O Tribunal disponibilizou em dezembro, para todos os magistrados, o uso do **PJe Token**.

Com o objetivo de facilitar o acesso aos autos no Processo Judicial Eletrônico (PJe), garantindo agilidade e comodidade aos magistrados, que podem assinar despachos, decisões monocráticas e acórdãos sem a necessidade do certificado digital, o aplicativo Token PJe tem contado com a aprovação dos usuários.

Com o aplicativo baixado no tablet ou celular, o magistrado consegue assinar documentos judiciais de onde estiver.

A plataforma permite aos magistrados acessar os autos, editar minutas, assinar documentos e lavrar acórdãos em processos que tramitam no sistema PJe (Processo Judicial eletrônico).

O objetivo é tornar o trabalho mais célere, possibilitando o exercício de tarefas que possam ser executadas na tela de um tablet ou smartphone.

A funcionalidade do aplicativo é traduzida na prestação de um serviço mais efetivo e rápido à população.

Concluída a implantação do PJe Criminal na entrância inicial.



O protocolo, o registro, a distribuição, a autuação, a tramitação e as comunicações nos processos judiciais da competência criminal, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitos exclusivamente pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as comarcas de entrância inicial.

O **módulo criminal do sistema PJe** já foi implantado nas 70 comarcas de entrância inicial e em 9 comarcas de entrância intermediária, permitindo que as ações de natureza criminal possam tramitar de forma totalmente eletrônica nas varas dessas comarcas.

O PJe já está implantado em todas as 107 comarcas instaladas do estado desde 22 de agosto do ano passado, data em que a Comarca de Alto Parnaíba se tornou a última a receber o sistema. Até o dia 21 de setembro de 2020, a aplicação era restrita a competências não criminais. Até abril de 2021, todas as comarcas já estarão operando o módulo criminal do sistema.

Tribunal instala 30 novas salas de videoconferência.

O Tribunal instalou 30 novas salas de videoconferência no ano de 2020.

O serviço de videoconferência é utilizado para a realização de audiências virtuais, conectando as unidades do Judiciário, evitando deslocamentos e agilizando a comunicação de magistrados e servidores.

Até o fim de 2021 serão instaladas mais 40 salas de videoconferência, em comarcas de entrância inicial.

Todas as comarcas de entrância intermediária e final já possuem salas de videoconferência.

Ampliados links de dados de fóruns e juizados.

O Tribunal realizou a ampliação de diversos links de dados de fóruns e juizados do interior e da capital.

Os links foram ampliados sem aumento de custo para o TJMA.

A ampliação permitirá maior velocidade no acesso à Internet e melhor uso dos sistemas e serviços do Tribunal, especialmente o sistema PJe.

Foram atendidas na ampliação 95 unidades, com um percentual de 65% do total de links em uso.

Até o fim de 2021, mais links terão sua capacidade aumentada, melhorando o acesso aos serviços do Judiciário.

Tribunal de Justiça do Maranhão

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Presidente

Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Vice-presidente

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Corregedor-Geral da Justiça

Comissão de Informática

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho

Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho

Diretoria de Informática e Automação
(98) 3198-4580

dirinformatica@tjma.jus.br

Atendimento ao Usuário de Informática
(98) 3194-6600

informatica@tjma.jus.br